

PREGÃO nº 091/2020
Processo Administrativo nº 11607/2020-e (SIPE)

O Município de Itajaí, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.277/0001-52, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para o objeto abaixo especificado, em conformidade com as Leis nº 10.520, Lei Municipal 5.670 e Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

1 - DO OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO, ORTOFOTOS DIGITAIS, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SIG COM IMPLEMENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ALÉM DE TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICA CADASTRAL, INCLUINDO A REPRESENTAÇÃO FÍSICA, REAL E OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência anexo.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 5.463.861,97 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos).

ABERTURA DOS ENVELOPES: 03 de agosto de 2020 às 10h00. ATENÇÃO: os licitantes devem acompanhar no site da Prefeitura de Itajaí, link de Licitações, as possíveis alterações e esclarecimentos no edital.

1.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos orçamentários do Exercício 2020 da Secretaria de Tecnologia, despesa 642.

1.2 – Local e horário de expediente para retirada do Edital: Secretaria Municipal de Governo (Diretoria de Licitações e Contratos), sito a Rua Alberto Werner, 100 bairro Vila Operária, Itajaí – Santa Catarina, das 13h00 às 19h00, telefone: (047) 3341-6029.

1.3 – O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no endereço eletrônico www.itajai.sc.gov.br, link de Licitações, e também poderão ser adquiridos na Diretoria de Licitações e Contratos, no endereço citado no item 1.2, mediante o pagamento da taxa de impressão recolhida através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, requerido diretamente no atendimento Praça do Cidadão da Prefeitura Municipal de Itajaí.

1.4 – Esclarecimentos e informações sobre esta licitação serão prestados pela Diretoria de Licitações e Contratos, mediante solicitação por e-mail para o endereço licitacoes@itajai.sc.gov.br

1.5 – Não serão admitidas nesta licitação empresas suspensas ou impedidas de licitar com esta Administração e as empresas que estiverem em regime de falência.

1.6 - É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Itajaí.

1.7 – Poderão participar Consórcios de empresas, no máximo de três empresas, observadas as disposições da Lei 8.666/93. O compromisso de Constituição de Consórcio deverá indicar a empresa líder, bem como as demais obrigatórias constantes do artigo 33

da Lei 8.666/93. Ao menos a consorciada responsável pela operação aérea especializada e mapeamento (Aerolevantamento, Perfilamento a Laser e produtos decorrentes) deverá apresentar a portaria da inscrição da empresa no Ministério da Defesa – MD, categoria “A”, bem como portaria de autorização de funcionamento junto à ANAC.

2 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

2.1 – O envelope nº 01–**PROPOSTA** e o envelope nº 02–**HABILITAÇÃO** deverão ser entregues lacrados, na Diretoria de Licitações e Contratos, Secretaria Municipal de Governo localizada a Rua Alberto Werner, 100 bairro Vila Operária, Itajaí-SC, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

PREGÃO Nº 091/2020

b) ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

PREGÃO Nº 091/2020

2.2 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da instituição;

Obs.: Caso a instituição não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e o licitante chegar até o horário, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 – O representante do licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

3.2 – Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar documento que comprove tal condição.

3.3 – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo anexo (ANEXO III), com apresentação do contrato social.

3.4 – No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

3.5 – Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

3.6 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal do licitante devidamente credenciado.

3.7 – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento inseridos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO.

3.8 – Após o credenciamento, os licitantes deverão declarar, em formulário próprio distribuído pelo Pregoeiro, que estão em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a seguridade social, bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme modelo em anexo (ANEXO V).

Obs.: O licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar o documento solicitado no subitem 3.8 em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3 – declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação. O não atendimento deste quesito importará na não aceitação da proposta.

3.9 - **CONDIÇÃO DIFERENCIADA:** caso a licitante seja Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte e queira se beneficiar do tratamento assegurado pelos arts. 42 e 43, da Lei Complementar nº 123, de 14-12-2006, deverá apresentar no **Credenciamento:** para as empresas com registro na Junta Comercial do estado, o documento a ser apresentado é a **“Certidão Simplificada da Junta Comercial”**, expedida pelo Estado da sua sede. Para as empresas com registro em Cartório, a comprovação dar-se-á através de **“Declaração de Opção pelo Simples Nacional”** expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal. Essa certidão/declaração deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias. A não-apresentação de algum destes documentos, impedirá a empresa de aproveitar o supracitado tratamento diferenciado.

4 – DA PROPOSTA

4.1 – No envelope lacrado nº 1 – PROPOSTA - deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

I – Dados da empresa: Razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários.

II – Proposta: Deverá ser cotado o preço global para os serviços, com preenchimento de planilha discriminativa de custos, devendo ser utilizado o modelo disponível em anexo ao Termo de Referência.

III – Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes.

IV – Declaração de concordância com as exigências do edital.

4.2 - Propostas acima do valor estimado serão desclassificadas.

4.3 - Pequenas falhas formais poderão ser resolvidas em sessão pelo Pregoeiro.

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

5.1 – O envelope lacrado nº 2 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 6), apresentados em 1 (uma) via autenticada, ou cópia

com apresentação do original, preferencialmente rubricados e paginados em todas as folhas. Os originais poderão estar dentro ou fora do envelope.

5.2 – Quanto às autenticações:

5.2.1 – "Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados". (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça, deste Tribunal).

5.2.2 – Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

5.3 – Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo:

5.3.1 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.3.2 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

5.4 – Prazo de validade dos documentos:

5.4.1 – É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

5.4.2 – Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 6 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º da Lei de Introdução do Código Civil.

OBS: o disposto acima não é válido para a Certidão Simplificada da Junta Comercial, que terá sua validade conforme o estipulado no item 3.9.

5.4.3 – A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

6 DA HABILITAÇÃO

A proponente deverá apresentar no envelope nº. 02 – "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via os seguintes documentos:

6.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Registro comercial, no caso de empresa individual;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V – Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo IV).

Obs.:

a) No que couber, os documentos referidos nos incisos I e II, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa; Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias.

b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado. Caso a licitante apresente o contrato social no credenciamento, o mesmo poderá ser dispensável no envelope de habilitação.

c) A documentação solicitada nos incisos II e III deste subitem poderá ser substituída pelo Certificado de Registro no Cadastro Específico do Município de Itajaí, correspondendo o ramo de atividade ao objeto licitado.

6.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

II - Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site **www.tst.jus.br/certidao** e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

6.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura dos envelopes;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis no último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, compreendendo os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na junta comercial, com a DHP do contador que assinou o balanço; que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios; podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

c) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

I) Índice de Liquidez Geral (LG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

II) Índice de Liquidez Corrente (LC) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

III) Índice de Solvência Geral (SG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} \geq 1,0$$

IV) Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

Notas:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

d) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis, consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido, relativos ao período de sua existência, e o balanço de abertura registrado na Junta Comercial com a DHP do contador que assinou o balanço;

e) Comprovação de que a empresa possui capital mínimo ou valor do patrimônio líquido no valor de 10% do valor do orçamento estimado do edital, conforme o art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93, através de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data

de apresentação da proposta, tanto para empresas brasileiras, quanto para empresas estrangeiras, conforme documentação equivalente.

6.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO - OPERACIONAL

a) Registro da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com jurisdição sobre a sede ou domicílio do CONTRATANTE, sendo que a CONTRATANTE vencedora por ocasião da assinatura do contrato deverá apresentar o respectivo Visto dos responsáveis técnicos no CREA de Santa Catarina.

b) Comprovação de inscrição da CONTRATANTE como organização especializada para execução da fase aeroespacial e decorrente de serviços de Aerolevantamento, na categoria "A" junto ao Ministério da Defesa, bem como portaria de autorização de funcionamento junto à ANAC. No caso de consórcio, a empresa responsável pela operação aérea especializada (Aerolevantamento, Perfilamento a Laser e produtos decorrentes) deverá apresentar a portaria da inscrição da empresa no Ministério da Defesa – MD, categoria "A".

c) Certificado de matrícula e aeronavegabilidade fornecida pela ANAC (Agência de Aviação Civil), das aeronaves a serem utilizadas.

d) Atestados(s) relacionados a Cobertura Aerofotogramétrica, Perfilamento a Laser, Apoio de Campo, Geração de MDS, MDT, Ortofoto e Restituição fotogramétrica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s) (CREA) comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, cujas parcelas de maior relevância e de cumprimento obrigatório são abaixo definidas:

- Cobertura Aerofotogramétrica Digital colorida;
- Varredura ou Perfilamento a Laser;
- Apoio de Campo - Apoio Básico e Suplementar;
- Geração do Modelo Digital de Superfície (MDS) e Modelo Digital de Terreno (MDT) na escala 1:1.000;
- Geração de Ortofotos Digitais com resolução espacial no terreno de 10 cm, na escala 1:1.000;
- Restituição e Edição fotogramétrica estereoscópica planialtimétrica cadastral (com edificações) na escala 1:1.000, conforme a INDE- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, ET-ADGV Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais, e ETEDGV- Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais;

e) Atestado Técnico de Licenciamento e Prestação de serviços de elaboração e implantação de um Sistema de Informação Geográfica – SIG, incluindo serviços com implementação, integração e customização, além de treinamento, suporte técnico e manutenção, em ambientes Desktop, Server e Móvel.

f) Atestado Técnico do Sistema de Informação Geográfica - SIG de integração com Sistema Tributário do Município, referente ao cálculo do IPTU e Cadastro Imobiliário.

g) Atestado Técnico do Sistema de Informação Geográfica – SIG, indicando adequação e conversão da base de dados tributários e uso do mesmo para gestão do cadastro imobiliário.

h) Atestado Técnico indicando o desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica – SIG / Portal de Dados Geográficos.

OBS: Os Atestados de Capacidade Técnica que comprovem a execução de serviços de voo aerofotogramétrico deverão vir acompanhados de cópia da respectiva autorização do Ministério da Defesa, conforme inciso II do Art. 6º do Decreto nº 2.278 de 17/06/97.

6.4.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO – PROFISSIONAL E RESPECTIVO SERVIÇO

a) Comprovação relacionada a serviços de Cobertura Aerofotogramétrica, Varredura a Laser, Apoio de Campo, Geração de MDS, MDT, Ortofoto e Restituição fotogramétrica, mediante a apresentação de CAT(s) (Certidão de Acervo Técnico) expedida(s) pela entidade profissional competente (CREA), referente à execução de serviço(s) de características semelhantes ao objeto da licitação, sendo as parcelas de maior relevância a seguir fixadas:

Profissional	Qualificação	Tipo de serviço a ser comprovado
Coordenador dos serviços de Cobertura Aerofotogramétrica e Perfilamento a Laser	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor.	Cobertura Aerofotogramétrica Digital colorida (RGB) com resolução espacial de 10 cm e Perfilamento a Laser Aerotransportado.
Coordenador dos serviços de Apoio de Campo e Ortofotos	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor	Apoio de campo Básico e Suplementar e Geração de Ortofotocartas ou Ortofotos Digitais na escala 1:1.000
Coordenador da Restituição	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor	Restituição cartográfica na escala de 1:1.000 conforme a INDE- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, ET-ADGV Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais, e ET-EDGV Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais
Gerente de Projeto	Formação de nível superior completo na área de Informática ou Engenharia Cartográfica ou Geografia, com diploma fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, com Certificação PMP (Project Management Professional) e ITIL Foundation Certificate in IT Service Management	Prestação de serviços de elaboração e implantação de um sistema integrado para Gestão Georreferenciada do Município

a.1) As certidões de acervo técnico que comprovem a execução de serviços de voo aerofotogramétrico e Perfilamento a Laser deverão vir acompanhadas de cópia da respectiva autorização do Ministério da Defesa, conforme inciso II do Art. 6º do Decreto nº 2.278 de 17/06/97.

6.4.3 – DECLARAÇÕES PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO

a) Declaração de Visita Técnica - A comprovação deverá ser feita através da apresentação do ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, conforme modelo – Anexo I do Termo de Referência, assinado por servidor do Município de Itajaí e pela empresa, de que a proponente visitou o local e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação. A visita técnica deverá ser realizada conforme agendamento prévio, de no mínimo 2 (dois) dias da solicitação, conforme disponibilidade dos técnicos do Município, através do e-mail setec@itajai.sc.gov.br, que será confirmada por resposta deste mesmo e-mail. Em caso de dúvidas, deve ser contatada a Secretaria de Tecnologia, no telefone: (47) 3341-6090. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá preencher a declaração de optante por não-realização de vistoria, segundo modelo – Anexo II do Termo de Referência. A Declaração de Visita Técnica ou a de optante por não-realização da visita deve fazer parte do envelope de habilitação, no processo licitatório.

b) Declaração de Fabricante do Sistema de Informações Geográficas - A CONTRATADA deverá apresentar 1 (uma) Declaração que é fabricante da solução e/ou que está habilitada a distribuir ou revender o Sistema de Informação Geográfica - SIG no território brasileiro. Caso a solução seja oferecida por um representante que não seja o distribuidor autorizado da Plataforma no Brasil, a proponente deve fornecer uma declaração com validade de 30 (trinta) dias da distribuidora oficial, autorizando a representação, comercialização e utilização da plataforma na solução em nome do Município de Itajaí. Caso não apresentar a declaração, poderá ser desclassificada do processo licitatório. A Declaração de Fabricante do Sistema de Informação Geográfica deve fazer parte do envelope de habilitação, no processo licitatório.

c) Declaração de Responsáveis Técnicos

c.1) A proponente deverá apresentar, no envelope de habilitação, uma DECLARAÇÃO que se responsabiliza em apresentar, no ato do contrato, os vínculos profissionais dos responsáveis técnicos que responderão pelos serviços listados na tabela a seguir, junto dos respectivos "TERMOS DE COMPROMISSO" de cada um dos profissionais, aceitando tais indicações de responsabilidade técnica.

c.2) Não poderá ser indicado o mesmo profissional como responsável por mais de um dos serviços, acumulando funções, de "a" a "c" dos listados na tabela abaixo, sob pena de não assinatura do contrato.

c.3) Os responsáveis técnicos indicados pela proponente deverão constar como responsáveis técnicos da CONTRATANTE na respectiva Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, para cada uma das alíneas "a" a "c" dos listados na tabela abaixo;

c.4) Os vínculos profissionais com a CONTRATANTE, poderão ser comprovados mediante contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo, que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

	Profissional	Qualificação
a	Coordenador dos serviços de Cobertura Aerofotogramétrica e Perfilamento a Laser	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor.
b	Coordenador dos serviços de Apoio de Campo e Ortofotos	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de

		29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor
c	Coordenador da Restituição	Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º., item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA), ou Engenheiro Agrimensor
d	Gerente de Projeto	Formação de nível superior completo na área de Informática ou Engenharia Cartográfica ou Geografia, com diploma fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, com Certificação PMP (Project Management Professional) e ITIL Foundation Certificate in IT Service Management

6.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

6.5.1 Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.5.1.1 As cópias de certidões de regularidade emitidas via Internet não precisam ser autenticadas. As referidas certidões terão sua validade confirmada pela mesma via pela Comissão de Licitação.

6.5.1.2 Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

6.5.2 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.

6.5.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

6.5.4 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

6.5.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

7.1 – No dia, hora e local designados, neste Edital, serão recebidos os envelopes Proposta e Habilitação, devidamente lacrados, que serão protocolados.

7.2 – No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

7.3 – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do item 3 – Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura dos licitantes credenciados na declaração de que cumprem as condições de habilitação, subitem 3.8 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, aos licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos.

7.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5 – A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

7.6 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

1. serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
2. falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;
3. falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;
4. o item relativo a dados bancários do licitante, não gerarão a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato;
5. as condições da proposta, estabelecidas nos incisos III a VII, do subitem 4.1, item 4 – Da proposta, poderão ser substituídos por uma expressão que manifeste a concordância com os termos do edital e anexos;

7.7 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

7.8 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.9 – No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.10 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 7.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.11 - A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **MENOR PREÇO GLOBAL**, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.12 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.13 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.14 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.15 – Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

7.16 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração para aquisição do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope "Proposta", utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.

7.17 – Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "habilitação" do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 5 – Da apresentação dos documentos para Habilitação e item nº 6 – Da Habilitação, deste Edital.

7.18 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vista a obter preço melhor.

7.19 – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 7.18.

7.20 – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.21– Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 5 – Da apresentação dos documentos para Habilitação e item 6 – Habilitação, deste Edital.

7.22 – Quando todos os licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados as causas referidas no ato inabilitatório.

7.23 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após, inutilizará os mesmos.

7.24 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8 – DA ADJUDICAÇÃO

8.1 – No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR PREÇO GLOBAL** desde que atendidas as de habilitação e especificações constantes deste Edital.

8.2 – O objeto deste processo será adjudicado ao licitante cuja proposta for considerada vencedora.

8.3 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e posteriormente, submeterá a homologação do processo ao Secretário Municipal de Governo.

8.4 – No caso de interposição de recursos, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Secretário Municipal de Governo para os procedimentos de adjudicação e homologação.

9 – ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS – licitacoes@itajai.sc.gov.br

9.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para encerramento do recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

9.2 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de lei. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

9.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

9.4 - As solicitações de esclarecimentos, impugnações, recursos e contrarrazões poderão ser enviados por e-mail, para o endereço licitacoes@itajai.sc.gov.br, ou protocolados na Diretoria de Licitações e Contratos localizada na sede da Prefeitura Municipal de Itajaí, na Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária, Município de Itajaí/SC, em dias úteis no horário das 13h00 às 19h00.

9.5 - É vedada à licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

10 – DO CONTRATO

10.1. Com o licitante vencedor será celebrado Termo de Contrato, com prazo de 12 (doze) meses, nos moldes da minuta do ANEXO VI deste Edital e será regido pelas normas da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado na forma da lei;

10.2. Após a adjudicação e homologação do processo, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, através de telefone ou e-mail. Após a convocação, a licitante vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinar o termo contratual. No caso de não atendimento à convocação no prazo estipulado neste edital, a

Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em igual nas mesmas condições do primeiro, inclusive quanto aos preços atualizados.

10.3. As alterações de contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.3.1. Por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação na forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação de pagamento com relação às condições estipuladas neste Edital;

b) quando necessária a modificação do modo de execução, em face da verificação da inaplicabilidade dos termos contratuais, pela administração.

10.4. A administração reserva-se o direito de exercer as seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente ao contrato a ser firmado:

a) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

b) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;

c) fiscalizar-lhe a execução;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10.5. O vencedor da licitação fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério da Contratante se façam necessários, de acordo com os limites dispostos no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.6. A contratada se obriga a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a execução do contrato.

10.7. Os preços do contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 – A empresa deverá apresentar, junto da nota fiscal, relatório detalhado da entrega/execução dos itens, devidamente assinado. O pagamento dos referidos itens prestados deverá ser executado mediante aceite da respectiva nota fiscal pelo gestor e fiscal(is) do contrato, em até 30 dias.

11.2 – No caso de descumprimento das especificações dispostas neste processo ou quaisquer pendências contratuais e fiscais, o pagamento será suspenso até que a contratada cumpra as exigências do contratante.

11.3 - A contratante isenta-se de correção monetária nos casos em que a licitante vencedora não cumprir as especificações do edital e anexos.

11.4 – Não haverá em hipótese pagamento adiantado.

11.5 - Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto, e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

12 - DA INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

12.2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

12.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Pregão.

12.4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

12.4.1. advertência;

12.4.2. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;

12.4.3. multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

12.5. Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

12.5.1. 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

12.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

12.5.3. 0,33% por dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no Pregão e neste Contrato;

12.5.4. Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Município, em retirar a Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a pessoa jurídica adjudicada ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta da licitante vencedora.

12.5.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

12.5.6. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

12.6. O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente processo.

13.2 – O objeto deste processo poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

13.3 – A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.4 – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.5 – Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de pelo menos 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.6 – É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7 – A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

13.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.9 – Todos os atos inerentes a este processo licitatório serão publicados no Diário Oficial do Município de Itajaí e no Mural do Paço Municipal. As edições do Diário Municipal estão disponíveis no site www.itajai.sc.gov.br

13.10 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes em legislação vigente.

14 – ANEXOS

ANEXO I – Especificações Técnicas;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração que atende o inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93;

ANEXO V – Declaração de Regularidade Fiscal;

ANEXO VI – Minuta do Contrato;

Itajaí, 20 de julho de 2020

JEAN CARLOS SESTREM

Secretário Municipal de Governo

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas (Termo de Referência, Planilha) encontram-se em pasta compactada junto ao edital, disponível em nosso site www.itajai.sc.gov.br – Serviços – Fornecedor – Licitações.

ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL N. 091/2020

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ CEP _____ ESTADO: _____

FONE DA EMPRESA: _____

FONE DO REPRESENTANTE: _____

E-MAIL DE CONTATO: _____

CPF DO REPRESENTANTE: _____ RG DO REPRESENTANTE: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

O objeto da presente licitação consiste, aos que manifestarem interesse no processo licitatório em epígrafe, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para posterior **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAFÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO, ORTOFOTOS DIGITAIS, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SIG COM IMPLEMENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ALÉM DE TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICA CADASTRAL, INCLUINDO A REPRESENTAÇÃO FÍSICA, REAL E OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no presente Edital e seus anexos.

- Deverá ser cotado o preço global para os serviços, com preenchimento de planilha discriminativa de custos, devendo ser utilizado o modelo disponível em anexo ao Termo de Referência.

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias consecutivos.
- Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências do edital.

Nome completo e assinatura do responsável legal da empresa

LOCAL/DATA

ANEXO III**PREGÃO Nº 091/2020****MODELO – CREDENCIAMENTO****(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/identidade/CPF)..... e procuração anexa, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data

Carimbo e Assinatura

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- a) em caso de firma individual, o registro comercial;
- b) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- c) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.

ANEXO IV

PREGÃO Nº 091/2020

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.

_____, (nome da empresa), com sede na
_____(endereço da empresa), CNPJ
_____, por seu representante legal infra-assinado, em atenção
ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art.
7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro
de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de
14 (quatorze) anos.

Em de de 2020

.....
Nome e assinatura do responsável (representante legal)

e carimbo da empresa

ANEXO V

PREGÃO Nº 091/2020

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL

(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa), com sede na
_____(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº
_____, licitante no certame acima destacado, promovido por
essa Prefeitura Municipal de Itajaí, declara, por meio de seu representante legal infra-
assinado, R.G. nº _____, que se encontra em situação regular perante
as Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social, bem como atende a
todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

_____, _____ de _____ de 2020

Assinatura do Representante

ANEXO VI - Minuta de Contrato**CONTRATO Nº _____/2020****Processo Administrativo nº 11607/2020-e (SIPE)**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO, ORTOFOTOS DIGITAIS, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SIG COM IMPLEMENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ALÉM DE TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICA CADASTRAL, INCLUINDO A REPRESENTAÇÃO FÍSICA, REAL E OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E A EMPRESA

.....

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001-52, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por seu (a) diretor (a), Senhor (a) _____ (ou representante legal), a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de **Pregão nº 091/2020**, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO, ORTOFOTOS DIGITAIS, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SIG COM IMPLEMENTAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ALÉM DE TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICA CADASTRAL, INCLUINDO A REPRESENTAÇÃO FÍSICA, REAL E OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de **Pregão nº 091/2020**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dá-se como valor ao objeto ora contratado a importância de R\$ _____:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS VALORES DO CONTRATO

Os valores do contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

1 – A empresa deverá apresentar, junto da nota fiscal, relatório detalhado da entrega/execução dos itens, devidamente assinado. O pagamento dos referidos itens prestados deverá ser executado mediante aceite da respectiva nota fiscal pelo gestor e fiscal(is) do contrato, em até 30 dias.

2 – No caso de descumprimento das especificações dispostas neste processo ou quaisquer pendências contratuais e fiscais, o pagamento será suspenso até que a contratada cumpra as exigências do contratante.

3 – A contratante isenta-se de correção monetária nos casos em que a licitante vencedora não cumprir as especificações do edital e anexos.

4 – Não haverá em hipótese alguma pagamento adiantado.

5 – Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto, e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos orçamentários do Exercício 2020 da Secretaria de Tecnologia, despesa 642.

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

1 - PLANEJAMENTO DO PROJETO

1.1 - A empresa vencedora deverá elaborar e entregar um Plano de Trabalho detalhando a execução de todos os serviços e entrega dos produtos contratados neste edital.

1.2 - O Plano de Trabalho somente será considerado liberado para execução após aprovação pelo gestor do contrato.

1.3 - O Plano de Trabalho deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e deverá contemplar toda a solução.

1.4 - O Plano de Trabalho deverá descrever de forma detalhada todo o planejamento dos serviços, as metodologias, as etapas e as atividades a serem executadas atendendo aos objetivos e às especificações técnicas.

1.5 - Para definição do Plano em questão, deverá ser elaborado o levantamento identificando o cenário atual do Município de Itajaí, considerando todas as situações existentes que possam afetar a implementação da Solução de Gestão Territorial. O levantamento deverá obrigatoriamente abranger os itens abaixo listados, porém, não deve se restringir a eles, caso identificados outros pontos relevantes necessários à entrega do Plano de Trabalho.

- Infraestrutura tecnológica;
- Secretarias e Departamentos;
- Bases de Dados;
- SGBD;
- Cadastros;
- Sistemas;
- Linguagens de programação;
- Processos;
- Inter-relacionamento e Interdependência da solução instalada atualmente;
- Legislação;
- Regras de negócio;
- Documentação;
- Informações do BIC - Boletins de Informação Cadastral, e
- Plano Diretor.

1.6 - Tendo como base a análise das especificações técnicas propostas, acrescido do resultado do levantamento do cenário atual, a empresa vencedora deverá detalhar as soluções técnicas adotadas para execução de todos os produtos e serviços solicitados, devendo esta garantir a qualidade dos produtos finais, bem como o cumprimento dos prazos estipulados neste edital.

1.7 - O Plano de Trabalho e o gerenciamento do projeto deverão observar os princípios do Project Management Body of Knowledge (PMBOK) / Project Management Institute (PMI), abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

- Gerenciamento de integração do projeto;
- Gerenciamento de escopo do projeto;
- Gerenciamento de tempo do projeto;
- Gerenciamento de qualidade do projeto;
- Gerenciamento de recursos humanos do projeto;
- Gerenciamento de comunicação do projeto, e
- Gerenciamento de riscos do projeto.

1.8 - Metodologia aplicada: A empresa contratada deverá adotar metodologia de gerência de projetos baseada no PMBOK (PMI Project Management Institute) para a execução de quaisquer serviços, designando um profissional para exercer as funções de gerente de projeto, com conhecimento da metodologia mencionada e observando as etapas e entregáveis (documentos, relatórios e demais) previstos nessa metodologia.

1.9 – Documentação: Toda a documentação gerada e/ou utilizada durante a execução das atividades (estudos, levantamentos, modelos, fluxos, desenhos, atas de reuniões, apresentações, artigos técnicos, bibliografias, notas técnicas, propostas técnicas), pertencem ao Município de Itajaí e devem ser organizadas e entregues ao Município juntamente com os entregáveis dos serviços e produtos adquiridos.

2 – ITENS GERAIS

2.1 - Cumprir os prazos acordados para a execução das especificações;

2.2 - Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes à sua atividade;

2.3 - Zelar pelo sigilo inerente à execução das especificações e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do Município de Itajaí, a que, eventualmente, tenha acesso, empregando todos os meios necessário para tanto;

2.4 - Comunicar ao Município de Itajaí, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade nas corretas fruições das especificações;

2.5 - Garantir o suporte da plataforma por um período de por 12 (doze) meses, a iniciar da entrega das licenças;

2.6 - Não transferir a outrem a execução destas especificações.

A **CONTRATANTE** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

1. Oferecer infraestrutura predial (móvel, sala climatizada, dentre outros) e de rede (computadores com acesso à Internet) para a realização dos treinamentos propostos;

2. Para o desenvolvimento de modelos de relatórios, em tempo de projeto, o Município de Itajaí fornecerá dados que são aplicáveis ao modelo de relatório, Ex. Relatório de Uso e de Solo por CNAE: o Município fornecerá os dados da lista de atividades do CNAE mapeadas por regiões do município para montar o relatório avançado;

3. Fornecer a metodologia para realizar a junção das bases de dados. Isto é, será responsável por conduzir a equipe da empresa contratada em como realizar a junção, quais os atributos de relacionamentos devem ser utilizados em cada situação e em cada base de dados. Poderá fornecer dicionário de dados das bases envolvidas e esclarecimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – O Município de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência dos serviços prestados, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, permitindo-se a prorrogação nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão-de-obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Tecnologia e Secretaria de Fazenda. Fiscais designados: Arnaldo Heitor Muller Neto (Tecnologia) e Celso Nunes Goulart Junior (Fazenda).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pela **CONTRATANTE**: a) Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; II - Por acordo das partes: a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes,

mantido o valor inicial; b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, nos limites previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e conseqüências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Pregão.

4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

4.1. advertência;

4.2. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;

4.3. multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

5. Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

5.1. 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

5.2. 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

5.3. 0,33% por dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no Pregão e neste Contrato;

5.4. Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Município, em retirar a Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a pessoa jurídica adjudicada ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta da licitante vencedora.

5.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

5.6. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, -- DE --- DE 2020

JEAN CARLOS SESTREM
Secretário de Governo

ERICO LAURENTINO SOBRINHO
Secretário da Fazenda

MURILO ALLAN SODRÉ DE SOUZA
Secretário de Tecnologia

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
